

OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DE REMOÇÃO DE ONDULAÇÕES TRANSVERSAIS

Ofício nº 01/2013

À EPTTC – Empresa Petrolinense de Trânsito e Transporte
Município de Petrolina – PE.

Clebson Santos de Almeida, brasileiro, casado, Técnico em Edificações, inscrito no CPF sob nº 040.790.674-61, residente e domiciliado à Rua Carlos Drummond de Andrade, nº 41 – Loteamento Vale Dourado, nesta cidade, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, solicitar a imediata remoção ou alteração de todas as ondulações transversais existentes na Estrada da Banana entre os bairros Antônio Cassimiro e Pedra Linda sob as devidas alegações:

- 1- Faço uso do direito de Cidadão, descrito no Capítulo 5, Art. 72 do Código de Trânsito Brasileiro: *“Todo cidadão ou entidade civil tem o direito de solicitar, por escrito, aos órgãos ou entidades do Sistema Nacional de Trânsito, sinalização, fiscalização e implantação de equipamentos de segurança, bem como sugerir alterações em normas, legislação e outros assuntos pertinentes a este Código”*.
- 2- As ondulações transversais infringem a maioria absoluta dos artigos da Resolução 39/98 do Contran inclusive aos anexos dessa mesma resolução, onde estão dispostos os projetos em plantas, cortes e material a ser aplicado para a perfeita execução de cada ondulação transversal.
- 3- A falta de sinalização nas proximidades das ondulações, indica que elas foram a primeira e única solução de engenharia de tráfego para a redução de velocidade e acidentes contrariando o Art. 1º da Resolução Nº 39/98 que diz: *“A implantação de ondulações transversais e sonorizadores nas vias públicas dependerá de autorização expressa da autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via, podendo ser colocadas após estudo de outras alternativas de engenharia de tráfego, quando estas possibilidades se mostrarem ineficazes para a redução de velocidade e acidentes”*.

PROTOCOLADO
EPTTC
RECEBIDO 22/04/13.
HORA 12 : 25
Suzana Rosa

OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DE REMOÇÃO DE ONDULAÇÕES TRANSVERSAIS

Ofício nº 01/2013

À EPTTC – Empresa Petrolinense de Trânsito e Transporte
Município de Petrolina – PE.

Clebson Santos de Almeida, brasileiro, casado, Técnico em Edificações, inscrito no CPF sob nº 040.790.674-61, residente e domiciliado à Rua Carlos Drummond de Andrade, nº 41 – Loteamento Vale Dourado, nesta cidade, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, solicitar a imediata remoção ou alteração de todas as ondulações transversais existentes na Estrada da Banana entre os bairros Antônio Cassimiro e Pedra Linda sob as devidas alegações:

- 1- Faço uso do direito de Cidadão, descrito no Capítulo 5, Art. 72 do Código de Trânsito Brasileiro: *“Todo cidadão ou entidade civil tem o direito de solicitar, por escrito, aos órgãos ou entidades do Sistema Nacional de Trânsito, sinalização, fiscalização e implantação de equipamentos de segurança, bem como sugerir alterações em normas, legislação e outros assuntos pertinentes a este Código”*.
- 2- As ondulações transversais infringem a maioria absoluta dos artigos da Resolução 39/98 do Contran inclusive aos anexos dessa mesma resolução, onde estão dispostos os projetos em plantas, cortes e material a ser aplicado para a perfeita execução de cada ondulação transversal.
- 3- A falta de sinalização nas proximidades das ondulações, indica que elas foram a primeira e única solução de engenharia de tráfego para a redução de velocidade e acidentes contrariando o Art. 1º da Resolução Nº 39/98 que diz: *“A implantação de ondulações transversais e sonorizadores nas vias públicas dependerá de autorização expressa da autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via, podendo ser colocadas **após estudo de outras alternativas de engenharia de tráfego**, quando estas possibilidades se mostrarem ineficazes para a redução de velocidade e acidentes”*.

Como se pode observar nas imagens abaixo, não há qualquer tipo de sinalização para a lombada na imagem **A-1** e nenhum tipo de sinalização de advertência ou orientação na imagem **A-2** justificando assim que não foi utilizada outra alternativa senão a instalação das lombadas.

A-1 – Lombada na Estrada da Banana no Bairro Pedra Linda



A-2 – Estrada da Banana no sentido Pedra Linda-Antônio Cassimiro



Abaixo é possível verificar o péssimo estado das lombadas que originalmente possuíam 1,80m (um metro e oitenta centímetros) quando deveriam ter no mínimo 3,70m por se tratar de uma via com circulação de linha regular de transporte coletivo, além de não respeitarem a distância mínima de 50 metros (Art. 12º, § 1º) estão com no máximo 30 metros.

A-3 – Lombadas de 1,80m deterioradas e a 30m uma da outra na Estrada da Banana



A-4 – Sequência de mais duas lombadas ainda na Estrada da Banana onde uma não tem sinalização e outra está a 5 m da esquina



As imagens abaixo demonstram outras duas lombadas visivelmente deterioradas e fora dos padrões.

A-5 – Lombada na Rua Anízio Moura Leal



A-6 – Lombada na Av. das Nações



Além das quatro lombadas mostradas acima, existem outras duas na Estrada da Banana e duas na Av. dos Tropeiros que foram recentemente instaladas e apesar de possuírem medidas compatíveis com ondulações TIPO II, as mesmas possuem o formato triangular, incompatível com o determinado no Anexo I da Resolução 39/98 do Contran.

Com base nas leis de direito do cidadão e obrigatoriedade do cumprimento das leis do CTB e suas Resoluções citadas, reafirmo a necessidade da remoção imediata das lombadas na Estrada da Banana, bem como as demais listadas abaixo, de todas as outras existentes que não atendam às especificações das normas e que seja realizado estudo de para alternativas de engenharia de tráfego antes da reinstalação das lombadas em cumprimento do Art.1º da Resolução 39/98.

Localização de outras ondulações transversais que estão fora das normas do CONTRAN:

- Av. das Nações, bairro km 02(deformação e tipo irregular).
- Av. dos Tropeiros; Jardim Amazonas(triangular).
- Rua João Amaro Ferreira, Cohab Massangano (deformadas e sem sinalização).
- Rua 34, Cohab Massangano (próximo à esquina e formato irregular).
- Rua 87, Cohab Massangano (sem sinalização e irregular).
- Rua 21, Cohab Massangano (sem sinalização e irregular).
- Rua São Vicente de Paula, Atrás da Banca (sem sinalização, formato e tipo irregular).
- Rua Fernando Reis, Atrás da Banca (sem sinalização e formato irregular).
- Rua Ataulfo Alves, Ouro Preto (próximo à esquina e formato irregular).
- Rua Bezerra de Menezes, Ouro Preto (formato irregular e na esquina).

Certo de que a solicitação será atendida, fico no aguardo do cumprimento da lei.

Petrolina, 22 de abril de 2013

CLEBSON SANTOS DE ALMEIDA

RESOLUÇÃO Nº 39/98

Estabelece os padrões e critérios para a instalação de ondulações transversais e sonorizadores nas vias públicas disciplinados pelo Parágrafo único do [art. 94 do Código de Trânsito Brasileiro](#).

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, usando da competência que lhe confere o [art. 12 da Lei n 9.503](#) de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, conforme [Decreto nº 2.327](#), de 23 de setembro de 1997, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito, resolve:

Art. 1º A implantação de ondulações transversais e sonorizadores nas vias públicas dependerá de autorização expressa da autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via, podendo ser colocadas após estudo de outras alternativas de engenharia de tráfego, quando estas possibilidades se mostrarem ineficazes para a redução de velocidade e acidentes.

Art. 2º As ondulações transversais devem ser utilizadas em locais onde se pretenda reduzir a velocidade do veículo, de forma imperativa, principalmente naqueles onde há grande movimentação de pedestres.

Art. 3º As ondulações transversais às vias públicas denominam-se TIPO I e TIPO II e deverão atender aos projetos-tipo constantes do [ANEXO I](#) da presente Resolução. Deverão apresentar as seguintes dimensões:

I - TIPO I:

- a) largura: igual à da pista, mantendo-se as condições de drenagem superficial;
- b) comprimento: 1,50
- c) altura: até 0,08m.

II - TIPO II:

- a) largura: igual à da pista, mantendo-se as condições de drenagem superficial;
- b) comprimento: 3,70m;
- c) altura: até 0,10m.

Art. 4º Os sonorizadores deverão atender ao projeto-tipo constante do ANEXO II da presente Resolução, apresentando as seguintes dimensões:

I - largura do dispositivo: igual à da pista, mantendo-se as condições de drenagem superficial;

II - largura da régua: 0,08m;

III - espaçamento entre réguas: 0,08m;

IV - comprimento: 5,00m;

V - altura da régua: 0,025m.

Art. 5º As ondulações transversais são:

I - TIPO I: Somente poderão ser instaladas quando houver necessidade de serem desenvolvidas velocidades até um máximo de 20 km/h, em vias locais, onde não circulem linhas regulares de transporte coletivo;

II - TIPO II: Só poderão ser instaladas nas vias:

a) rurais (rodovias) em segmentos que atravessam aglomerados urbanos com edificações lindeiras;

b) coletoras;

c) locais, quando houver necessidade de serem desenvolvidas velocidades até um máximo de 30km/h.

Art. 6º Os sonorizadores só poderão ser instalados em vias urbanas, sem edificações lindeiras, e em rodovias, em caráter temporário, quando houver obras na pista, visando alertar o condutor quanto à necessidade de redução de velocidade, sempre devidamente acompanhados da sinalização vertical de regulamentação de velocidade.

Art. 7º Recomenda-se que após a implantação das ondulações transversais a autoridade com circunscrição sobre a rodovia monitore o seu desempenho por um período mínimo de 1 (um) ano, devendo estudar outra solução de engenharia de tráfego, quando não for verificada expressiva redução do índice de acidentes no local.

Art. 8º Para a colocação de ondulações transversais do TIPO I e do TIPO II deverão ser observadas, simultaneamente, as seguintes características relativas à via e ao tráfego local:

- I - índice de acidentes significativo ou risco potencial de acidentes;
- II - ausência de rampas em rodovias com declividade superior a 4% ao longo do trecho;
- III - ausência de rampas em vias urbanas com declividade superior a 6% ao longo do trecho;
- IV - ausência de curvas ou interferências visuais que impossibilitem boa visibilidade do dispositivo;
- V - volume de tráfego inferior a 600 veículos por hora durante os períodos de pico, podendo a autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via admitir volumes mais elevados, em locais com grande movimentação de pedestres, devendo ser justificados por estudos de engenharia de tráfego no local de implantação do dispositivo;

VI - existência de pavimentos rígidos, semi-rígidos ou flexíveis em bom estado de conservação.

Art. 9º A colocação de ondulações transversais na via, só será admitida, se acompanhada a devida sinalização, constando, no mínimo, de:

I - placa de Regulamentação “Velocidade Máxima Permitida”, R-19, limitando a velocidade até um máximo de 20 km/h, quando se utilizar a ondulação TIPO I e até um máximo de 30 km/h, quando se utilizar a ondulação TIPO II, sempre antecedendo o obstáculo, devendo a redução de velocidade da via ser gradativa, seguindo os critérios estabelecidos pelo CONTRAN e restabelecendo a velocidade da via após a transposição do dispositivo;

II - placas de Advertência “Saliência ou Lombada”, A-18, instaladas, seguindo os critérios estabelecidos pelo CONTRAN, antes e junto ao dispositivo, devendo esta última ser complementada com seta de posição, conforme desenho constante do [ANEXO III](#), da presente Resolução;

III - no caso de ondulações transversais do TIPO II, implantadas em série, em rodovias, deverão ser instaladas placas de advertência com informação complementar, indicando início e término do segmento tratado com estes dispositivos, conforme exemplo de aplicação constante do [ANEXO IV](#), da presente Resolução;

IV - marcas oblíquas com largura mínima de 0,25 m pintadas na cor amarela, espaçadas de no máximo de 0,50 m, alternadamente, sobre o obstáculo admitindo-se, também, a pintura de toda a ondulação transversal na cor amarela, assim como a intercalada nas cores preta e amarela, principalmente no caso de pavimentos que necessitem de contraste mais definido, conforme desenho constante do [ANEXO III](#), da presente Resolução.

Art. 10 Recomenda-se que as ondulações transversais do TIPO II, nas rodovias, sejam precedidas da pintura de linhas de estímulo à redução de velocidade, calculadas de acordo com a velocidade operacional da via, conforme previsto no item 2.2 do [ANEXO II](#) do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 11 Durante a fase de implantação das ondulações transversais poderão ser colocadas faixas de pano, informando sua localização, como dispositivo complementar de sinalização.

Art. 12 A colocação de ondulações transversais próximas as esquinas, em vias urbanas, deve respeitar uma distância mínima de 15 m do alinhamento do meio-fio da via transversal.

§ 1º A distância mínima entre duas ondulações sucessivas, em vias urbanas, deverá ser de 50 m. e nas rodovias, entre ondulações transversais sucessivas, deverá ser de 100 m.

§ 2º Numa sequência de ondulações implantadas em série, em rodovias, recomenda-se manter uma distância máxima de 200 m entre duas ondulações consecutivas.

Art. 13 As ondulações transversais deverão ser executadas dentro dos padrões estabelecidos nesta Resolução.

Art. 14 No caso do não cumprimento do exposto anteriormente a autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via deverá adotar as providências necessárias para sua imediata remoção.

Art. 15 A colocação de ondulação transversal sem permissão prévia da autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via sujeitará o infrator às penalidades previstas no [§ 3º do art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro](#).

Art. 16 Esta Resolução entrará em vigor 180 (cento e oitenta) dias a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial, a [Resolução 635/84](#) e o [item 3.4 da Resolução 666/86](#).

Brasília, 21 de maio de 1998

RENAN CALHEIROS

Ministério da Justiça

ELISEU PADILHA

Ministério dos Transportes

LINDOLPHO DE CARVALHO DIAS - Suplente

Ministério da Ciência e Tecnologia

ZENILDO GONZAGA ZOROASTRO DE LUCENA

Ministério do Exército

LUCIANO OLIVA PATRÍCIO - Suplente

Ministério da Educação e do Desporto

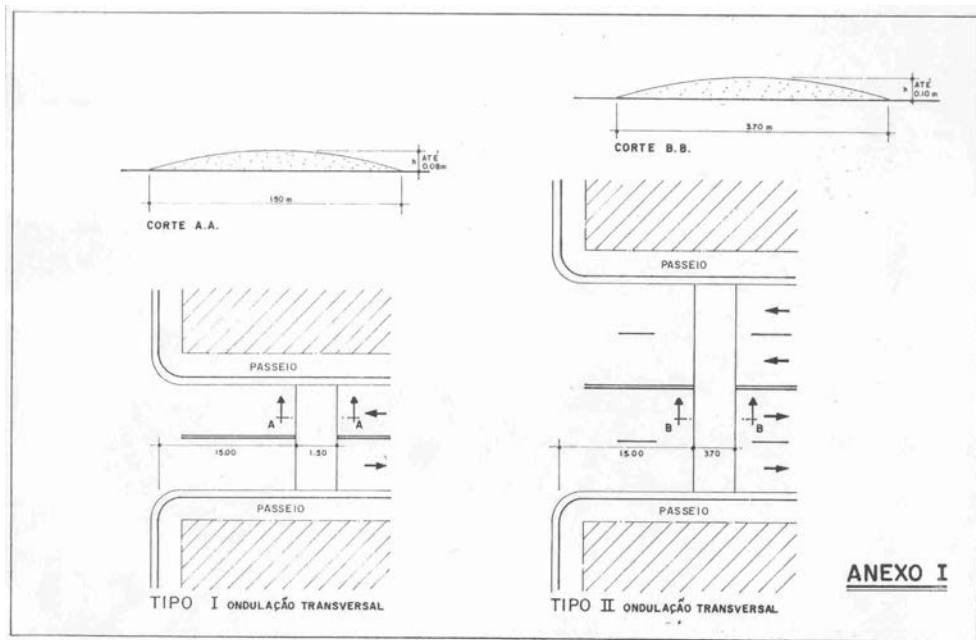
GUSTAVO KRAUSE

Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal

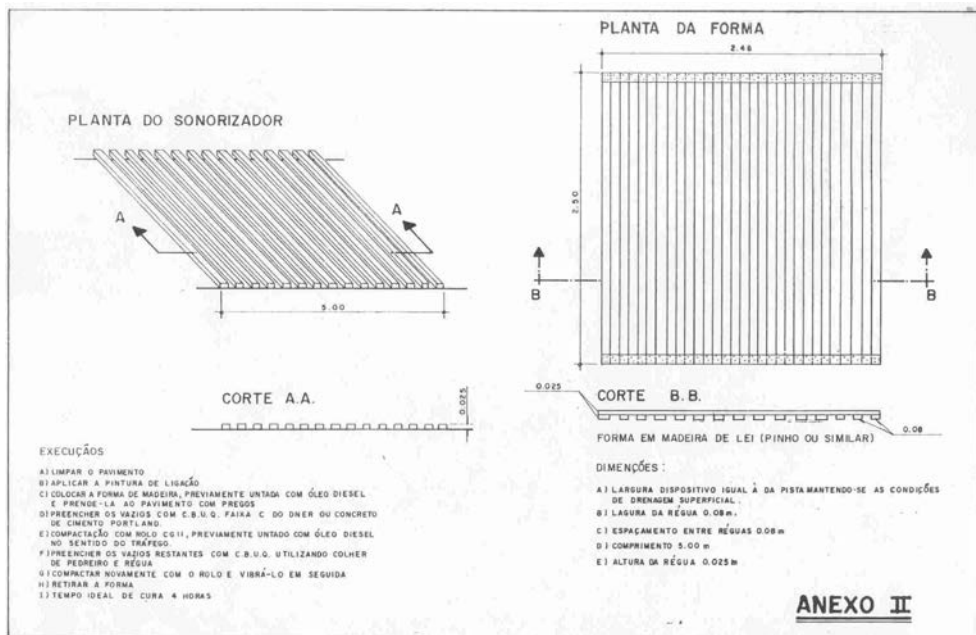
BARJAS NEGRI - Suplente

Ministério da Saúde

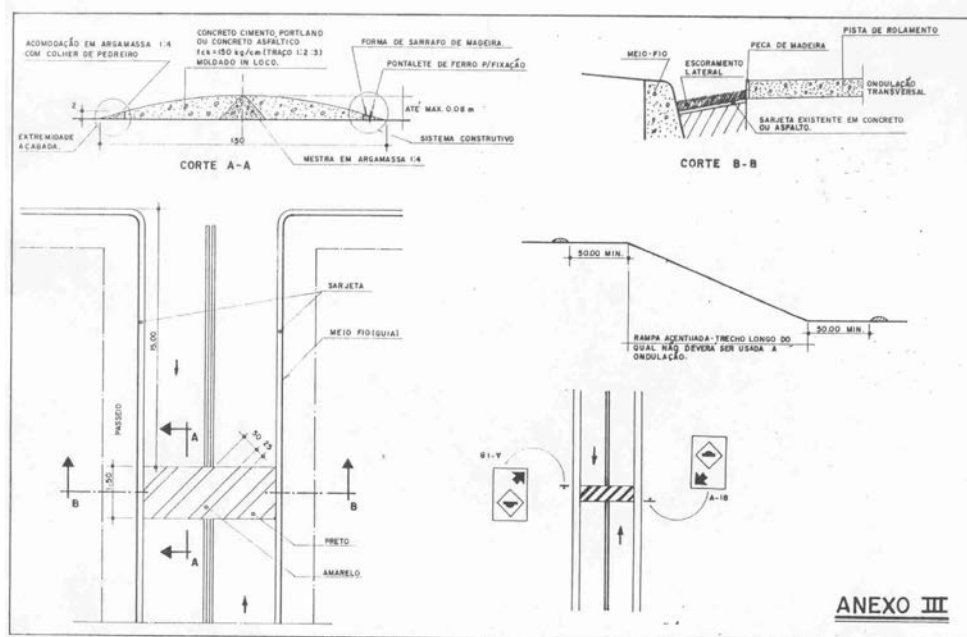
- Anexo I -



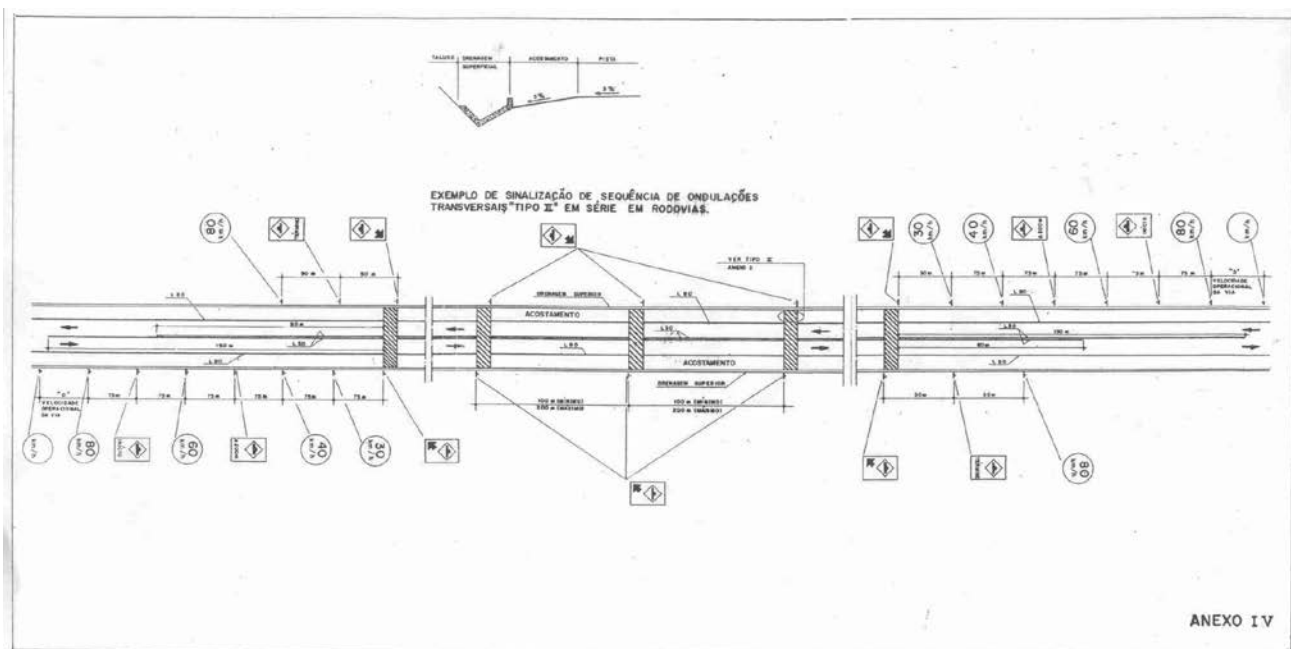
Anexo II



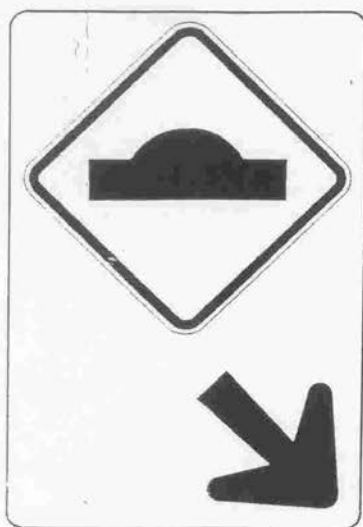
Anexo III



Anexo IV



Anexo IV



A-18



A-18



A-18